

O poder da fruta amarela: patrimônio cultural e desenvolvimento na denominação de origem da banana da região de Corupá

The power of yellow fruit: cultural heritage and development in the designation of the origin of the banana from Corupá region (SC), Brazil

El poder del fruto amarillo: patrimonio cultural y desarrollo en la denominación de origen del plátano en la region de Corupá (SC), Brasil

Giseli de Lorena¹
Patrícia de Oliveira Areas²
Felipe Borborema Cunha Lima³

¹ Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR-UAB). Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira. Bacharel e licenciada em História pela Universidade do Contestado (UnC). Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). *E-mail*: giselidlorena@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3537-9300>.

² Estágio de pós-doutorado na Universidad de Barcelona (Espanha). Doutora e mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Direito pela Universidad de Valência (Espanha). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Programa de Doutorado e Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. *E-mail*: patricia.areas@univille.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3401-3873>.

³ Estágio de pós-doutorado na Univille – Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/Capes). Doutor e mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Facisa). Docente na Univali e pesquisador dos grupos de pesquisa: SESC (Univali), PODE (Univille) e TerroirTUR (UFPR). *E-mail*: felipe.2650959@univali.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2012-9138>.

Resumo: O presente artigo busca analisar os efeitos do processo de denominação de origem da banana da região de Corupá no fortalecimento do patrimônio cultural do município corupaense. A pesquisa é um desdobramento de investigações anteriores com base no modelo de Cunha-Lima (2016), realizada por meio da categorização e sistematização das informações obtidas nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, esta última tendo como base a observação participante e a História Oral, mediante a realização de entrevistas por roteiro semiestruturado. A análise dos dados foi pautada na teoria interpretativa de Geertz (2008). A discussão dos resultados à luz do marco teórico utilizado confirma que o processo de denominação de origem da banana contribuiu para o desenvolvimento local e para o fortalecimento do patrimônio cultural do município, evitando que ela se torne apenas uma ferramenta com fins lucrativos, mercantilizando a cultura.

Palavras-chave: denominação de origem; desenvolvimento em escala local e humana; patrimônio cultural; bananicultura; Corupá.

Abstract: This paper sought to analyze the process of designation of origin of the banana from the Corupá region, in strengthening the cultural heritage of Corupá (SC), Brazil. The research is part of previous investigations based on Cunha-Lima's model (2016), carried out through the categorization and systematization of information obtained in bibliographic, documentary, and field research. The field research was carried out through participant observation and oral history, based on interviews by a semi-structured script. Data analysis was based on Geertz's (2008) interpretative analysis. The discussion of the results considering the theoretical framework used confirmed that the process of the designation of origin of the banana contributed to the local development and the strengthening of the city's cultural heritage, preventing it from becoming a profit-making tool, commodifying culture.

Keywords: designation of origin; local and human scale development; cultural heritage; banana cultivation; Corupá.

Resumen: Este artículo buscó analizar los efectos del proceso de denominación de origen del plátano en la región de Corupá en el fortalecimiento del patrimonio cultural de la ciudad de Corupá (SC), Brasil. Es una extensión de investigaciones previas basadas en el modelo de Cunha-Lima (2016), realizado por medio de la categorización y sistematización de información obtenida en investigación bibliográfica, documental y de campo. La investigación de campo se basó en la observación participante y en la historia oral, por medio de entrevistas semiestructuradas, y el análisis de datos en la teoría interpretativa de Geertz (2008). La discusión de los resultados a la luz del marco teórico utilizado confirma que el proceso de denominación de origen del plátano contribuyó al desarrollo local y al fortalecimiento del patrimonio cultural de la ciudad, evitando que se convierta en una herramienta de lucro o de mercantilización de la cultura.

Palabras clave: denominación de origen; desarrollo a escala local y humana; patrimonio cultural; cultivo de plátano; Corupá.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade grande parte da sociedade está imersa no sistema capitalista e no mercado globalizado, o que promove a massificação do consumo e também da produção. Santos (2008) retrata a globalização como uma “fábula” capaz de mascarar os efeitos negativos desse processo e a real “perversidade” dele, uma vez que homogeneiza e multiplica as situações de miséria e pobreza para aqueles que não possuem os recursos capitais para se adequar a tal sistema.

Castells (1999) afirma que uma possível ferramenta para fazer a diferença nessa conjuntura é a identidade, pois, se a comunidade a tiver como base para manter suas características, a globalização não conseguirá dominá-la nem reduzir a sua pluralidade cultural. Para o autor, é a cultura que dá embasamento a essa identidade.

Também na tentativa de propor soluções para essa problemática, Santos (2008) apresenta possibilidades para a construção de “uma outra globalização”, pautada em um caráter mais humano e solidário, utilizando as técnicas de que se tem conhecimento para reduzir a pobreza e a miséria.

Nesse sentido, Max-Neef (1993) aponta a urgência de corrigir as pobrezas do mundo antes que elas se tornem patológicas. Ao grafar pobrezas no plural, o autor indica uma compreensão mais abrangente – a falta de dinheiro, alimentos, mas também de afeto, segurança e outras necessidades humanas. Desse modo, para atingir o desenvolvimento, a economia deve ser pautada na qualidade de vida da população e não ser restrita ao lucro do sistema produtivo.

Ao refletir sobre o contexto econômico global e o desenvolvimento territorial das comunidades por meio de produtos tradicionais, Niederle (2014) diz que as indicações geográficas (IGs) podem contribuir nesse sentido, ao passo que atuam na contramão da homogeneização da produção, valorizando as diferenças dos produtos e os vínculos destes com o território, além de ressaltar a imaterialidade a eles adjacentes, como os costumes, a tradição e os saberes.

Para o autor, os produtos reconhecidos pela IG estão vinculados à história e à cultura do território onde são produzidos, contribuindo para o fortalecimento da identidade da sua população por meio da tradição, dos costumes e dos modos de fazer. Para Certeau (2009), esses “modos de fazer” ultrapassam a fronteira que divide o trabalho e o lazer e se apresentam como “táticas”, as quais permitem, àqueles que não possuem poder, conquistar seu espaço com base em sua forma de vida.

Niederle (2014) afirma que as IGs podem ser aliadas do desenvolvimento territorial e ainda atuar na proteção do patrimônio cultural do território, pois valorizam não apenas o produto que passa a ser visto como diferenciado, mas também os saberes daqueles que o produzem, as características culturais da população e toda a tradição embutida. É possível dizer então que a IG fortalece o patrimônio cultural e vice-versa.

Fundamentada em tais considerações, esta pesquisa parte do pressuposto de que o processo de IG em Corupá apresenta a capacidade de proporcionar mudanças significativas na dinâmica da comunidade e que, por mobilizar aspectos como a tradição e a identidade local, conseqüentemente favorece o fortalecimento do patrimônio cultural e estimula o Desenvolvimento em Escala Local e Humana (DELH). Cabe ressaltar que a IG na região de Corupá acontece sob o recorte de denominação de origem (DO), que protege “o nome geográfico [...], que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos” (art. 178 da Lei de Propriedade Industrial – Brasil, 1996).

Outrossim, como defendido por Fernandez, Baptista e Silva (2020), a bananicultura, por intermédio de redes e parcerias com o mercado alternativo, potencializa a conexão com o local de produção e o modo de vida da comunidade e conseqüentemente amplia a visibilidade para o sistema agroalimentar local e estimula a salvaguarda de traços culturais, podendo fortalecer até mesmo técnicas e culturas ameaçadas.

Desse modo, o presente artigo busca analisar os efeitos do processo de DO para a banana da região de Corupá e a correlação dele com o fortalecimento do patrimônio cultural no município.

Justifica-se a realização desta pesquisa como forma de entender as contribuições que a DO é capaz de trazer para a comunidade mediante a valorização dos saberes locais e dos modos de fazer tradicionais, que permanecem ao longo do tempo e que, se fortalecidos, podem desencadear arranjos produtivos, sentimento de orgulho e pertencimento. Com isso, é possível ocorrer o DELH na comunidade, promovendo qualidade de vida e sustentabilidade para a população.

PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente cabe destacar que este artigo é resultado do entrecruzamento de pesquisas anteriores orientadas a observar os novos usos e funções atribuídos ao patrimônio cultural sob a lógica da atividade turística e como tais práticas podem gerar impactos na comunidade onde está inserido, orientando ações que interferem na qualidade de vida das pessoas e em suas relações com seus patrimônios.

O percurso metodológico adotado utilizou o Modelo de Representação do Desenvolvimento em Escala Local e Humana, de Cunha-Lima (2016) – o qual pressupõe aplicar as informações coletadas para mapear a rede de parceiros que se origina em torno do objeto pesquisado, que nesta pesquisa é entendida como a indicação geográfica da banana da região de Corupá –, seguido pela descrição dos arranjos produtivos locais e por fim pela sistematização e categorização das informações.

Este texto emerge do paradigma epistemológico interpretativo de Geertz (2008) com o intuito de confrontar os dados obtidos pelas fontes com o marco teórico da pesquisa. Portanto, esta é a etapa final do processo analítico, que adotou como instrumentos a observação participante e 18 entrevistas, com diversos membros de grupos, associações, entidades e representantes públicos e civis de relevância para a comunidade. As entrevistas foram realizadas com base em roteiros semiestruturados, seguindo as normativas da História Oral, que após transcritas e tratadas permitiram a construção de um fluxograma para detalhar os principais resultados encontrados.

O esquema gráfico proposto no fluxograma (pág. 53) apresenta um círculo superior que representa o mapeamento da rede de parceiros do processo de IG da banana. Em seguida, mostra com base em três palavras-chave os principais efeitos do processo para a população e, na parte inferior, os três níveis relacionados ao Desenvolvimento em Escala Humana. No primeiro quadro à esquerda são mostradas as áreas de ação que apresentam relação com o processo de denominação de origem; no quadro ao meio é exibida a aplicação da matriz de necessidades e satisfações de Max-Neef (1993) e por fim, no quadro à direita, os indicadores de redinamização da comunidade em Corupá.

PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO

Antes de adentrar na pesquisa em si, é pertinente apresentar pontos conceituais que norteiam este estudo. O artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, ao assumir que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos [...]” (Brasil, 1988, p. 62), amplia o conceito de patrimônio, que passou a incorporar também bens considerados imateriais, indo além de uma visão de patrimônio evidenciada apenas em monumentos e edificações históricas. Dessa forma, os

modos de fazer, as expressões, criações e manifestações culturais encontraram seu espaço no campo patrimonial brasileiro. Do mesmo modo ocorreu com o patrimônio natural, inserido nesse campo pelas discussões sobre paisagens e formações ecológicas.

Esse novo olhar sobre o patrimônio oportuniza a criação de um critério de avaliação do caráter cultural, como sugere Souza Filho (2011, p. 65), que é “o fato de ser uma referência cultural, isto é, ser representativa ou evocativa da cultura” e não mais restrita apenas a pontos como a monumentalidade. Tal aspecto sinaliza uma ruptura conceitual, visto que, como observa o autor, a Constituição inova ao substituir o termo patrimônio histórico e artístico por patrimônio cultural.

No entendimento de Meneses (2009), por não mais restringir o patrimônio à materialidade o conceito é ampliado, reconhecendo também seu recorte intangível. Passa, portanto, a abordar as formas de expressão, de criar e de fazer, as quais podem ser caracterizadas mais como processos do que como produtos. Tal pensamento se coaduna com o de Smith (2006), de que o patrimônio não é uma coisa em si, um lugar ou algum objeto; pelo contrário, para a autora o patrimônio é um processo cultural.

Smith (2006) apresenta ainda a discussão de lugar entendido como um espaço com sentido de pertencimento, onde indivíduos ou comunidades se reúnem baseados em sua identidade, corroborando a ideia de “topofilia” defendida por Tuan (1974). Nesse campo o patrimônio, por meio de suas representações materiais, mostra-se como uma possibilidade de ancoragem física, de pertencimento e de senso de lugar cultural. Assim, o patrimônio está intimamente ligado à memória, ao lugar e à identidade, tanto por sua materialidade como por sua esfera intangível. Nesse sentido, as experiências além do lugar, como a oralidade daqueles que ali vivem, constituem também o patrimônio. Conhecer essas características é necessário para não cair nos perigos da mercantilização dos bens culturais.

Nessa linha de raciocínio, é pertinente destacar que nosso objeto de estudo, por se tratar de produto dotado de um signo distintivo de indicação geográfica por denominação de origem, apresenta particularidades intrínsecas a tais questões e resulta em conexões entre os setores econômicos e culturais. Isso ocorre, segundo Vianna *et al.* (2021), porque as IGs se constroem mediante vínculos com o conhecimento tradicional associados ao saber-fazer local, somados ao fato de a DO demandar uma relação qualitativa do produto com o território, sendo o próprio produto passível de conversão em estratégias e instrumentos de preservação e conservação dos conhecimentos e da própria cultura.

Tais aspectos se coadunam com as reflexões de Corrêa *et al.* (2024) ao evidenciar a necessidade de criar uma estrutura de parceria colaborativa a fim de apoiar e prover suporte aos produtores locais durante todo o processo de obtenção da IG, bem como nas etapas subsequentes à implantação e nas ações de governança, visto que o reconhecimento do produto implica consequentemente a promoção e o desenvolvimento do território de forma contínua e efetiva.

Neu e Areas (2015) acrescentam ainda que é preciso ocorrer a sensibilização da comunidade para o desenvolvimento de empreendedorismo solidário e geração de renda com base na cultura local. Além disso, o pleno conhecimento da história, da memória e da identidade cultural local, por parte tanto da sua população quanto daqueles que a visitam, contribui para evitar a “fetichização” do patrimônio e para preservá-lo do consumo exacerbado da cultura para fins mercantis.

Ao abordar a questão do desenvolvimento, a ancoragem teórica aqui será direcionada pelos estudos de Max-Neef (1993), ou seja, o desenvolvimento

deve ser pensado com base nas necessidades humanas, evitando as teorias mecanicistas e homogeneizadoras, as quais desde o século passado não se adéquam à crescente heterogeneidade mundial. O autor afirma não ser possível pensar o desenvolvimento limitado às questões econômicas, pois para que ocorra realmente é preciso gerar impacto na qualidade de vida das pessoas. Isso se dá porque algumas necessidades não são resolvidas apenas com dinheiro ou emprego, como a liberdade, o pertencimento e a dignidade da vida das pessoas (Max-Neef, 1993). Tal ideia dá sustentação à condução desta pesquisa, visto que busca verificar os impactos no desenvolvimento provenientes do processo de DO, que, como já mencionado, só é possível em função do reconhecimento dos saberes, dos valores da comunidade e do próprio território.

BANANA DA REGIÃO DE CORUPÁ – DENOMINAÇÃO DE ORIGEM E DESENVOLVIMENTO EM ESCALA LOCAL E HUMANA

Corupá localiza-se ao norte de Santa Catarina e tem forte relação com a bananicultura, atividade que se pratica desde os primórdios do município e conta com mais de 100 anos de tradição; para Rebollar (2016), é uma das principais fontes de renda de Corupá e também um de seus mais fortes laços culturais com a região. Lorena (2020) aquiesce e complementa ao informar, com base nas pesquisas documentais e de campo, que o início da atividade data de 1897. A autora apresenta ainda duas outras datas importantes para o entendimento da importância da bananicultura para Corupá. Em 30 de julho de 1994 foi formalizada a fundação da Associação dos Bananicultores da Região de Corupá (Asbanco), com o objetivo inicial de aumentar a rentabilidade dos produtores de banana, que enfrentavam dificuldades por causa dos baixos preços impostos por intermediários. Com o tempo, a associação ampliou sua atuação, passando a oferecer assistência técnica, realizar compras coletivas e promover ações culturais relacionadas à bananicultura no município. Em 2003 a Asbanco foi reconhecida como entidade de utilidade pública municipal, por meio da Lei Municipal n.º 1.505/03.

Segundo Lorena (2020), em 2014 a Asbanco iniciou os estudos e liderou o processo para a obtenção da indicação geográfica, na modalidade *denominação de origem* (DO), com o objetivo de reconhecer a banana da região de Corupá – considerada a mais doce do Brasil –, pertencente ao subgrupo Cavendish (nânico), responsável por aproximadamente 80% da produção local. Conforme relatado por Lima e Areas (2019), em 2018 o reconhecimento foi oficialmente concedido, abrangendo também os municípios de Schroeder, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul, por meio do registro de DO, que distingue produtos cujas qualidades e características estão diretamente vinculadas aos fatores naturais e humanos do território de origem (Brasil, 1996).

A análise visa criar o fluxograma do DELH e, para tanto, o primeiro passo é apontar os principais órgãos e entidades que formam a rede de parcerias. Partindo da descrição dos arranjos produtivos, realizada em uma etapa anterior a esta pesquisa, verifica-se que a instituição central foi a Asbanco, a qual iniciou os trabalhos de *marketing* da doçura da banana e posteriormente lançou a ideia de uma possível IG.

A Asbanco, ao se configurar como elo central da rede, estabelece articulação com diferentes entidades cuja atuação foi decisiva no processo de reconhecimento da DO da banana da região de Corupá. Entre as ações desenvolvidas ao longo desse processo, destacam-se a realização de estudos científicos voltados à comprovação do diferencial da fruta, o levantamento histórico-cultural e os estudos de caracterização da banana cultivada em Corupá, análises sobre a mineralogia da fruta e pesquisas para a

caracterização edafoclimática da área. No contexto da rede, as instituições parceiras são classificadas por Cunha-Lima (2016) em duas categorias distintas – parceiros internos e externos –, ou seja, a primeira faz referência àqueles que mantêm uma relação estreita e continuada com a rede, e a segunda é constituída por entidades e grupos que atuam na rede em momentos específicos, sem, contudo, manter participação contínua no projeto.

Entre os parceiros internos estão: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *campus* Jaraguá do Sul; Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), por meio do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (Ciram); e demais associações de bananicultores dos municípios da região de Corupá – Associação de Bananicultores de Jaraguá do Sul (Abajas), Associação de Bananicultores de Schroeder (ABS) e Associação de Produtores Rurais de São Bento do Sul (Aprosul). Já os parceiros externos são apontados como: as prefeituras dos quatro municípios; o governo de Santa Catarina; o Ministério da Agricultura; a Universidade da Região de Joinville (Univille); e a Universidade Sociedade Educacional de Santa Catarina (UniSociesc), *campus* Jaraguá do Sul (Asbanco, 2016).

Outro componente que pode ser destacado no processo é a participação da comunidade, seja na valorização e no reconhecimento da importância cultural e econômica da bananicultura para Corupá, seja no pertencimento e no orgulho de estar na região, por meio da identificação para com a atividade. Outrossim, Lorena (2020) observa que em pesquisa realizada pelo Sebrae em 2014, com aproximadamente 310 habitantes de Corupá, foi possível identificar que 82% dos entrevistados citaram a bananicultura como principal atividade econômica do município, e do número total de entrevistados 28% afirmaram ser uma atividade importante e 69% responderam ser uma atividade muito importante para Corupá. Outro dado relevante é a ênfase de 81% em afirmar a doçura da banana e 87% em reforçar a aprovação do *slogan* “Banana de Corupá, doce por natureza”, utilizado pela associação.

Além disso, segundo a Asbanco (2016), demais apoios e ações eventuais são mencionados na rede, tais como aqueles realizados pela Prefeitura de Corupá, pelo Clube Bananalama e pela agroindústria, comércio e turismo de Corupá, e a comunidade em geral enfatiza sua participação, o orgulho e o sentimento de pertencimento ao utilizar logotipos, *slogans* e imagens, como a representação do Bananico, mascote da bananicultura no município de Corupá, e a identidade visual da denominação de origem, um mosaico que representa aspectos e características dos quatro municípios que integram a região de Corupá (figura 1).

Figura 1 – Bananico e identidade visual da denominação de origem

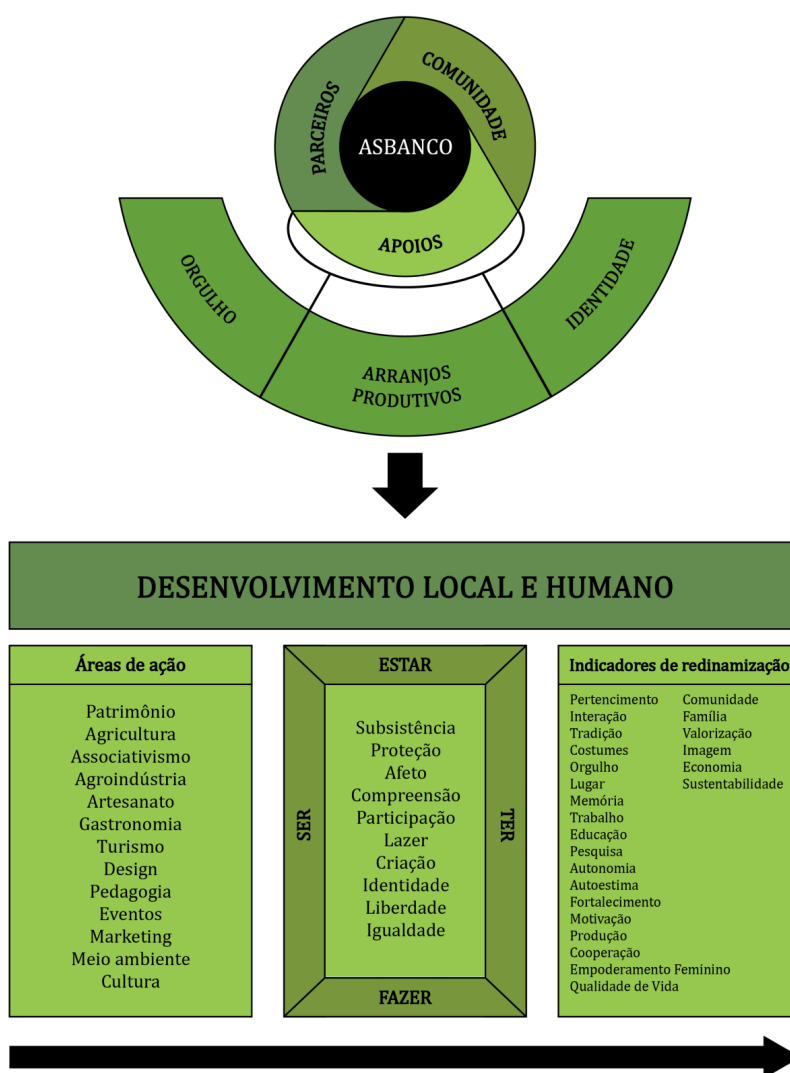


Fonte: Asbanco (2016)

Dados mais atuais fornecidos pela associação durante a finalização desta pesquisa apontam que, das 450 famílias produtoras de banana no município de Corupá, 351 estão associadas à Asbanco e que, somadas ao corpo técnico-administrativo, representam aproximadamente 1.235 pessoas envolvidas. Estas, juntas, são responsáveis pela comercialização da fruta para diversos estados brasileiros e pela exportação para a Argentina e o Uruguai, além de impulsionar o surgimento de novos arranjos produtivos e incentivar a produção e comercialização de serviços e produtos diretamente relacionados à banana e à criação de subprodutos com a fruta.

De posse desses dados sobre o processo de DO, é possível então construir, com base no modelo de Cunha-Lima (2016), o esquema de representação do DELH para o município de Corupá. A figura 2 apresentada a seguir permite identificar o mapeamento da rede composto pela Asbanco, pelos parceiros, pela comunidade e pelos apoios, o qual está desenhado no círculo superior. Em continuidade, as análises permitem, na sequência do tratamento dos dados, destacar os efeitos do processo (palavras em **negrito e sublinhadas**), as áreas de atuação, a aplicação da matriz (palavras em **negrito para indicar as categorias**) e os indicadores de redinamização (palavras sublinhadas).

Figura 2 – Representação do DELH em Corupá – SC



Fonte: Lorena (2020)

A segunda etapa que compõe a figura, logo após o círculo do processo de DO em Corupá, tem o objetivo de apresentar os principais efeitos decorrentes desse processo. Para tanto se utilizam as seguintes palavras-chave a fim de sintetizar os resultados: orgulho, arranjos produtivos e identidade.

As entrevistas permitiram identificar que a população de Corupá se sente orgulhosa em estar na terra da banana “mais doce do Brasil”, seja por parte dos produtores ou daqueles que desenvolvem outras atividades no município. A palavra *orgulho* é citada muitas vezes pelos informantes, para expressar o significado do trabalho com banana em Corupá.

As fontes demonstram que em outros tempos trabalhar com a bananicultura era motivo de vergonha, mas hoje isso é diferente, e o processo de DO foi um importante fator para essa mudança, conforme diz o informante 7:

[...] Então não é qualquer banana que se produz aqui, é um diferencial e um diferencial que chama a atenção, porque todo e qualquer diferencial, ele traz luz, ele traz um atrativo a mais, ele traz orgulho, ele traz autoestima, ele traz um sentimento que você não consegue visivelmente denominar, mas no invisível, na movimentação ele se faz presente.

Esse sentimento de orgulho começou a ser empregado até mesmo na venda da fruta, pois as pessoas passaram a falar do produto como algo especial, conforme relata a informante 10: “*Hoje a comunidade auxilia mais a gente assim, mas é porque o amor já está instaurado, o orgulho já está instaurado*”. Já o informante 16, ao analisar a bananicultura e seus efeitos para os produtores, afirma: “[...] *Hoje o pessoal tem orgulho [...], que nem hoje, eu estou com a banana da Asbanco, a camisa, né, mas eu tenho orgulho, eu vou depois no mercado, vou no banco, com orgulho, da cidade, do que eu faço e do que eu sou*”.

Outro efeito positivo da DO está nos *arranjos produtivos*, pois quatro segmentos têm oferecido possibilidades de desenvolvimento em Corupá: os subprodutos, que vêm favorecendo a agroindústria por meio de novos empreendimentos ou da redinamização dos que já existiam; o artesanato, que pela criatividade vem se transformando e utilizando a bananicultura como tema; a gastronomia, que incorporou a banana em seus pratos, o que continua em ampliação; e o turismo, que, embora ainda ocorra de maneira incipiente, representa potencial para o futuro, principalmente nos segmentos rural e comunitário.

Atualmente o turismo ainda não utiliza as potencialidades advindas da bananicultura como vantagem competitiva, mantendo uma relação mais direta com os elementos naturais da paisagem. Entretanto esses dois componentes não precisam ser vistos separadamente, pois ao unir a banana com as temáticas já existentes o resultado será agregação de valor e diferencial, pelo fato de que os atrativos não competem entre si, pelo contrário, podem agir como catalisadores e potencializadores da atividade turística na região. Existem, portanto, outras oportunidades a serem desenvolvidas em Corupá, seja com a fruta ou a própria planta, o que pode desencadear possibilidades para os municípios.

A *identidade* é outro efeito do processo de DO, pois com os trabalhos culturais, eventos e divulgação antes, durante e após a obtenção do registro, a comunidade tomou maior conhecimento sobre a história e a importância da bananicultura corupaense, o que deu maior visibilidade ao produtor e à própria fruta, fazendo com que, de modo geral, a população se identifique com a atividade. Houve aumento da valorização pessoal e do pertencimento, pois os próprios eventos científicos realizados criaram um novo aspecto, o que permitiu entender o conhecimento e os saberes tradicionais como

algo importante, em que o produtor não é mais visto apenas como mero agricultor, mas como alguém dotado de conhecimento tradicional, do pilar e do sustentáculo da cultura, da memória e da identidade de um povo. Assim, a própria logomarca da DO contribui para isso, ao apresentar em seu corpo o desenho de uma banana composta pelos itens que representam o município, sejam as matas, as águas ou o próprio povo e seu trabalho, uma vez que é esse conjunto que cria a paisagem cultural do município.

Na parte inferior da figura 2, no primeiro quadro à esquerda, identifica-se que a DO movimentou e continua movimentando diversas áreas de ação além da agricultura e dos arranjos produtivos já citados, pois, com a movimentação trazida pelo processo para a comunidade, novas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, e a discussão da bananicultura sob diferentes olhares tem contribuído bastante. Os campos do patrimônio, da cultura, do meio ambiente, do *design*, do associativismo e da pedagogia, por exemplo, destacam-se nesse sentido.

Na sequência, no quadro do meio estão as categorias propostas por Max-Neef (1993), em que é possível perceber que a DO em Corupá trouxe contribuições para a população, nas dimensões ontológicas e axiológicas. Cunha-Lima (2016) defende a ideia de que a matriz pode ser adequada à realidade do local pesquisado, portanto, no caso específico de Corupá, foi incluída a categoria *igualdade*, com base na reflexão das questões de gênero, conforme será analisado no próximo quadro.

Por intermédio do mapeamento da rede, da descrição dos arranjos produtivos e da aplicação da matriz é possível verificar alguns exemplos da contribuição da DO para o DELH da população, tanto na necessidade do SER (orgulho, identidade e pertencimento) quanto na do TER (boas condições de renda), do ESTAR (participação e convívio) e do FAZER (produção e criatividade). Há ainda como verificar alguns aspectos negativos da atividade para os produtores, tais como a oscilação do preço da fruta e os problemas de saúde decorrentes do esforço físico empregado na atividade.

Por fim, o quadro à direita serve para demonstrar e exemplificar os indicadores que comprovam a redinamização da comunidade, como fechamento do processo desta análise. Os indicadores estão sublinhados no decorrer do texto.

Primeiramente o fluxograma permite entender que o processo de DO em Corupá contribuiu para o sentimento de pertencimento da comunidade para com a bananicultura, gerando motivação e cooperação entre os produtores, os artesãos, os empreendedores da agroindústria e os demais segmentos do município, o que sem dúvida continua sendo um diferencial para o fortalecimento da atividade e para o DELH.

Outro ponto é que o trabalho desenvolvido em família e nas próprias propriedades, com o intuito de obter melhorias conjuntas, evidencia afeto e traz união. O contato com a natureza é agradável para o desenvolvimento das atividades laborativas. A autonomia durante o trabalho e o fato de esses produtores sentirem maior liberdade ao fazer seu próprio horário e comandar a sua produção, sem a obrigação de se submeter a um trabalho assalariado com horário fixo, também se destacam, já que suprem diferentes necessidades da população.

As entrevistas permitiram identificar que, com a bananicultura, os produtores obtiveram melhoria na qualidade de vida por meio dos rendimentos obtidos com a venda da fruta, conforme sinaliza o seguinte trecho, do informante 17:

[...] a bananicultura consegue dar um bom padrão de vida pra gente, um padrão de vida legal. A gente gosta da onde mora, a gente consegue, todos os sonhos que a gente tem, praticamente, realizar através da bananicultura, então não consigo me ver, não me vejo em outra profissão, até porque tive outra profissão e não quero nunca mais voltar, se possível, né. Então é muito bom, não tem o que, a gente trabalha de sol a sol, mas é recompensador, né.

Assim, entende-se que a atividade contribui para a economia, gera renda e é capaz de suprir as necessidades da família agricultora, garantindo-lhe a subsistência. Embora exija esforço físico e trabalho de toda a família, o que se percebe é a realização e a certeza de que a bananicultura permite uma vida digna. A capacidade de criação, de aproveitamento dos recursos que a atividade oferece, para finalidade alimentícia ou artesanal, é sem dúvida um grande diferencial nesse quesito.

A questão da saúde dos trabalhadores, todavia, é um ponto negativo, pois a bananicultura pode causar problemas, principalmente pelo esforço físico despendido por homens e mulheres na realização das atividades cotidianas, visto que o trabalho nos morros é feito manualmente e quase sempre apenas pelos membros das famílias. Também é apontada de modo geral como negativa, por esses informantes, a questão da oscilação do preço da fruta, que ora está alto, ora está baixo. Tal instabilidade gera insegurança financeira e revela a ausência de um aparato de proteção econômica, deixando-os à mercê das adversidades e condições impostas pelo mercado – muitas vezes por não saberem como negociar o preço da própria produção.

No entanto cabe destacar que, de modo geral, mesmo os pontos considerados negativos não são apontados pelos entrevistados como de responsabilidade direta da DO; ao contrário, os relatos simbolizam a labuta e a dureza da vida do agricultor, fatos presentes nas histórias que se contam de geração para geração. Tais aspectos não apenas mostram preocupação com a saúde e a condição de trabalho nas plantações, como reforça o orgulho que advém do trabalho. Seria errôneo afirmar que não existem outros pontos negativos, mas, como resultado da pesquisa, esse foi o único apontado e, portanto, é possível dizer que serve como indicação para futuros estudos.

Nas entrevistas percebeu-se também a necessidade de maior entendimento, por parte dos produtores, do processo de funcionamento do uso da DO para a venda do produto, bem como das implicações de melhoria na produção que isso traz, pois muitos acabaram tendo a ideia de que bastava o reconhecimento da DO para que as coisas mudassem rapidamente, conforme relata a informante 1:

A minha expectativa era de que isso fosse agregado à fruta realmente, mas não agregou nada de valor e nem mesmo às pessoas, né. Eu acho que a banana de Corupá vai lá pra minha cidade, [...] pode ser a mais doce, mas lá o pessoal que está comprando não sabe disso. [...] Aí falta também a questão do agricultor valorizar o que foi conquistado que foi a Indicação Geográfica. [...] Só que o mercado também não quer saber se é a banana mais doce, ele quer comprar a mais barata.

Desse modo, apesar de manifestar contentamento com a qualidade de vida obtida com a produção da banana, o bananicultor de Corupá ainda espera melhorias e conta com a possibilidade de estabilidade no preço e de aumento dos lucros com a DO.

Tal expectativa também fez com que os produtores se tornassem mais atuantes, pois, com a movimentação realizada para o processo de DO no município, aumentou a participação em reuniões, em eventos realizados ou em outras atividades organizadas principalmente pela Asbanco, promovendo maior interação. Além da finalidade de lazer, as festividades do Dia da Banana, comemorado anualmente em agosto, com palestras, desfiles das máquinas dos agricultores, exposições e comemorações como um todo, também contribuíram para dar maior visibilidade à imagem deles, colocando-os também como protagonistas da história e do desenvolvimento de Corupá, por meio da cultura, da memória, dos costumes, do lugar e da tradição, categorias que, conforme Niederle (2014), fortalecem o patrimônio cultural.

A movimentação na ciência e na educação, causada pelo processo de DO em Corupá, foi objeto de diversas pesquisas, assim como de atividades desenvolvidas nas

escolas, o que também é um ponto positivo a ser tratado, pois faz com que o bananicultor sinta **compreensão** por parte da comunidade e até mesmo por membros de fora dela, sentindo-se importante na atividade que escolheu para si. Destacam-se nesse sentido eventos realizados no município, como o VII Workshop de Indicação Geográfica de 2018.

Conseqüentemente, com a elevação da autoestima e o sentimento de valorização da sua atividade, o produtor desperta o desejo de passar seus conhecimentos e saberes a seus filhos, principalmente por meio dos costumes, o que conforme Hobsbawn e Ranger (1998) é a principal maneira de manter a tradição.

No que tange à **igualdade**, percebe-se que a DO propiciou ao agricultor ainda mais visibilidade perante os demais habitantes do município, minimizando a distância entre o campo e a cidade. Todavia tal igualdade se dá principalmente no que tange às questões de gênero. Além das atividades tradicionalmente relacionadas à banana, como a agricultura e os produtos alimentícios, a bananicultura estimulou a ampliação das frentes de trabalho e o desenvolvimento de novos produtos e serviços, promovendo a inserção de um coletivo de mulheres artesãs, as Musas da Banana, em atividade desde 2006.

As Musas, como relatam Tarachucky *et al.* (2022), constituem uma iniciativa formada majoritariamente por mulheres das famílias participantes da associação dos produtores de bananas. Essas pessoas atuam na produção de artesanatos, flores decorativas, cachepôs e outros objetos decorativos utilizando como matéria-prima partes do pseudocaule da bananeira. O que à primeira vista poderia parecer apenas mais uma alternativa para a criação de um novo arranjo produtivo incide em dois aspectos: o empoderamento feminino e a relação com a sustentabilidade.

A sustentabilidade aparece nesse quesito porque há o aproveitamento não apenas da banana, mas também de parte da bananeira, que ficaria na natureza, e por meio dessas mulheres se transforma em outros produtos, gerando renda e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade, na forma em que Sachs (1986) denominou como movimento de dentro para fora. Entretanto o destaque está no fato de que tal atividade possibilitou às mulheres, além da contribuição sustentável, obter renda, elevar a autoestima e conseqüentemente atingir um maior empoderamento feminino, ao passo que já não precisam trabalhar apenas nos bananais, mas podem ter uma atividade própria, o que deu a elas visibilidade, possibilidade de convívio e motivação para desenvolver a criatividade. Percebe-se essa questão feminina até mesmo na frase da logomarca do grupo, em que se lê: "A determinação feminina impulsionando a agricultura". Para Porro, Mota e Schmitz (2010, p. 112), as atividades com recursos de uso comum não apenas trazem uma ocupação ou fonte de renda, mas também "congregam mulheres que lutam contra relações sociais de gênero associadas à subordinação, buscando reverter processos de vitimização feminina".

Em síntese, poder desempenhar um papel mesmo quando a saúde já não permite o trabalho no bananal e estar em evidência pelas suas produções tem acrescentado e muito para a igualdade de gênero em Corupá. Tal igualdade se dá pelo destaque da mulher no lar, agora não apenas pela força, mas também pela criatividade e pelo desenvolvimento de inúmeras técnicas para criar produtos que exigem conhecimentos aliados ao campo da estética, do *design* e dos saberes técnicos para conseguir manipular as fibras e à busca por soluções químicas a fim de evitar que as peças sejam danificadas por ataque de fungos e insetos. As Musas, portanto, assumem um papel que ultrapassa aqueles socialmente estabelecidos como próprios da mulher, que a reduzem a funções como esposa, mãe e dona de casa, reconstruindo o olhar social para transformar a forma como as mulheres são vistas e respeitadas na comunidade.

“BANANA É VITAMINA QUE ENGORDA E FAZ CRESCER”

Utilizando a canção de Raul Seixas como alegoria, podemos dizer que a banana foi responsável por fazer crescer, proteger e redinamizar a tradição agrícola, os costumes, a identidade e por ampliar os olhares sobre a cultura de Corupá. Este último tópico, portanto, visa relatar as implicações entre a DO e seus efeitos no fortalecimento do patrimônio cultural do município, mediante o imbricamento entre as informações coletadas em campo e o marco teórico acionado.

Em todas as entrevistas realizadas, os informantes responderam afirmativamente quando questionados se a bananicultura é patrimônio cultural de Corupá, alguns alegando a tradição, outros a sua importância econômica. Nesse sentido, chama a atenção o trecho do informante 7 quando este aponta:

Eu devolvo a pergunta, dizendo no sentido de que como é que seria possível compreender Corupá sem o cultivo da banana? Então pra mim ela é inerente, ela faz parte sim do processo cultural, porque se eu tiro a bananicultura eu praticamente desapareço, e isso de novo, eu vejo fisicamente, mas existe aquilo que eu não vejo, que é o invisível, que movimenta, que motiva, que faz permanecer, que o jovem quer e sente orgulho em ficar para a lavoura.

Outros informantes também afirmaram que é praticamente impossível imaginar Corupá sem a banana, tanto pela presença marcante dela nas paisagens do município quanto pela importância que ela tem para a economia municipal, além de estar sendo também um ponto de identificação cultural, principalmente após o processo de DO.

Os indicadores de redinamização apontados no item anterior permitem identificar que houve DELH em Corupá por meio do processo de DO, seja pelo aumento do orgulho e do sentimento de pertencimento e identificação para com a atividade, seja pelas oportunidades que os arranjos produtivos com a banana proporcionaram, para a própria agricultura ou para a agroindústria, o artesanato, a gastronomia e o turismo.

Esse contexto corrobora a ideia de Niederle (2014), quando este afirma que as IGs podem potencializar o desenvolvimento do território, visto que, dessa forma, deixam de ter apenas a finalidade protecionista de salvaguardar mercados específicos e passam a ter também a função de redinamizar a prática produtiva. Tal redinamização, principalmente por meio de arranjos produtivos locais que não servem para a produção e o consumo de massa, auxilia na promoção da sustentabilidade local, oportunizando ganhos e fomentando vantagens competitivas, perante o mercado globalizado.

Tudo isso fortalece o patrimônio cultural, ao passo que valoriza o produto e sua materialidade, assim como os recursos simbólicos e intangíveis que a ele estão relacionados, ratificando o que Meneses (2009) defende.

Ao acionar Candau (2018) e suas ideias acerca de memória e identidade, percebe-se que no caso de Corupá as memórias envolvidas no trabalho com a bananicultura e a construção das identidades dos indivíduos que com ela apresentam alguma relação, direta ou indireta, expandem o campo patrimonial e fortalecem suas raízes. Tais memórias por vezes avançam o campo da individualidade e se tornam coletivas, por conta de pontos comuns entre membros de uma comunidade e do acionamento de lembranças sobre vivências comuns, conforme defende Halbwachs (2006).

Os “modos de fazer”, apontados por Certeau (2009) como possíveis táticas de conquista do espaço, são passados de geração em geração em Corupá, o que permite reconhecer a atividade da bananicultura como uma tradição de mais de cem anos no município, preservada principalmente pela manutenção dos costumes, que segundo

Hobsbawn e Ranger (1998) são os principais mantenedores das tradições, pelo fato de serem transmitidos espontaneamente, nas famílias e na comunidade.

Identifica-se que a bananicultura é um patrimônio cultural de Corupá, o que se deve, além dos fatores destacados anteriormente, também à afetividade com o lugar no qual se vive e trabalha, aspecto que segundo Smith (2006) permite a ancoragem do patrimônio em seu lugar de cultura.

Nas entrevistas realizadas, todos os informantes afirmaram acreditar que a DO fortaleceu e pode fortalecer ainda mais a bananicultura enquanto patrimônio cultural corupaense, pelo movimento que a DO proporcionou e pela visibilidade que deu ao cultivo de bananas, tanto interna quanto externamente.

Niederle (2014, p. 257) afirma que as IGs e o patrimônio cultural têm muito a acrescentar reciprocamente, pois “a IG protege o patrimônio cultural a partir da construção de um sinal identitário do território”, enquanto, “se o produto obtém um diferencial de valor no mercado, ele consegue reproduzir-se e o saber-fazer mantém-se”. Desse modo, ao agregar valor à banana, por exemplo, a atividade tende a manter-se em Corupá, conseqüentemente fortalecendo ainda mais o patrimônio envolvido nesse ramo. Assim,

a associação entre a política de salvaguarda de bens imateriais e as IGs pode constituir um mecanismo fundamental para a valorização das tradições. Tendo em vista que o registro de um produto como patrimônio cultural não o protege contra uso e cópia, qualquer pessoa pode aproveitar-se da reputação deste patrimônio para fins mercantis. Sendo assim, as IGs constituem uma possibilidade de proteção deste patrimônio uma vez que garantem a exclusividade do nome geográfico para uso de determinada comunidade (Niederle, 2014, p. 258).

O mesmo autor ressalta, contudo, a necessidade do cuidado para que o patrimônio cultural não se torne apenas um objeto de *marketing* para fins de mercantilização e artificialidade (Niederle, 2014), evitando o que Yúdice (2004) critica, ou seja, tornar a cultura um simples recurso para atrair rendimentos financeiros.

Uma maneira de sustentar o DELH e a boa relação entre DO e patrimônio cultural está no turismo comunitário (TC), o qual, conforme apontam Grimm e Sampaio (2011), possibilita sustentabilidade e trocas culturais e vai ao encontro do viés associativista da comunidade. No caso de Corupá, onde o território já apresenta fortes vínculos com o associativismo, a pesquisa constata que é possível identificar a vocação para tal modo de exercer o turismo, proporcionando cooperação nas relações entre a própria comunidade e desta para com os turistas. Além disso, é uma forma de oportunizar renda sem massificar ou esquecer-se dos pilares tradicionais da comunidade.

Havendo parcimônia e respeitando os limites éticos da utilização das culturas, o patrimônio e o turismo podem se unir e traçar novas estratégias a fim de promover intervenções positivas, a exemplo dos segmentos de turismo criativo e de experiência. Essas vivências são ramificações do turismo cultural e, como sugerem Cunha Lima e Silva (2017), quando estabelecem a formação de redes de parcerias geram novas oportunidades e estimulam novos projetos e arranjos produtivos por meio da valorização cultural e do conhecimento. Richards (2019) ratifica essa informação e reforça a ideia de que os efeitos positivos são potencializados quando tais experiências são desenvolvidas em pequenas comunidades, pois são convertidas em alternativas que catalisam o processo de transformação socioeconômica na localidade, podendo ter reflexos em toda a região do seu entorno.

A DO da “banana mais doce do Brasil” é, portanto, uma ferramenta para preservar e fortalecer o patrimônio cultural da bananicultura em Corupá – mediante a valorização dos saberes, a interligação da agricultura com a questão ambiental, a valorização das técnicas tradicionais e o desenvolvimento e inovação de outros saberes –, ou ainda para propor novos usos e funções capazes de ampliar a redinamização e encorajar medidas de salvaguarda, estimulando a proteção dos bens e a manutenção das garantias concedidas pelas autoridades e órgãos competentes.

Resultado semelhante foi apresentado por Nogueira *et al.* (2023) ao afirmarem que, embora ainda seja considerada embrionária a utilização de tecnologias de gestão e de informação, é relevante o incremento de estratégias em temas como a sustentabilidade e a proteção ambiental, convertendo-se na adoção de biofertilizantes e medidas para o controle de pragas.

Tais ações demonstram na prática o comprometimento em manter viva a tradição agrícola da região, ao mesmo tempo em que sinalizam a existência de entraves em acessar áreas menos habituais ao homem do campo, bem como fica evidente a preocupação com o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores. Para finalizar a exposição dos resultados encontrados nesta pesquisa de como a DO impacta diretamente a região de Corupá, destacamos a seguir três casos.

Em 2021 a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), agência especializada da ONU, pré-selecionou duas empresas da região de Corupá para participar do Dia Mundial da Propriedade Intelectual. As empresas escolhidas foram a Nanica Chic, que produz biojoias com a fibra de bananeira, e a Do Sítio Alimentos Artesanais, por unir tradição e inovação na criação de produtos como o Ketchup de Banana, o Banana BBQ e o Banoffe Sauce.

O segundo caso fala por si só. Em novembro de 2024 a Asbanco lançou o documentário *Mulheres de fibra*, um projeto contemplado na Lei Paulo Gustavo que conta a vida da mulher agricultora corupaense, sua trajetória e os impactos decorrentes da extração da fibra de bananeira para a produção de artesanatos, o que culminou na concepção da Associação Musas de Corupá (Musas).

O terceiro exemplo insere-se no âmbito da gestão e da governança. Em dezembro de 2024 foi lançado o Fórum Catarinense de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, uma iniciativa que visa coordenar ações em conjunto com todas as IGs do estado, a fim de promover o fortalecimento dos produtores locais e fomentar estratégias de proteção e promoção desses produtos e suas identidades únicas. É mister sublinhar que Eliane Muller, executiva da Asbanco, foi escolhida por unanimidade para assumir a presidência da organização, o que reforça a credibilidade no processo experienciado em Corupá e legitima os resultados alcançados.

Isso tudo auxilia no processo de construção de mais oportunidades para o território sem que este perca a sua essência diante da massificação e homogeneização, pregadas pela sociedade do consumo. Da mesma forma, o patrimônio cultural pode contribuir significativamente para o bom andamento da DO, ao passo que permite identificar a tradição, a memória e a identidade como as suas bases.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corupá apresenta vínculo com a bananicultura há mais de cem anos, e esta já é uma atividade tradicional no município, associada aos setores econômico e cultural. Com o processo de DO, que se iniciou oficialmente em 2016 e foi concluído em 2018,

essa relação acentuou-se significativamente, visto que estimulou e fortaleceu o orgulho da comunidade como um todo, bem como a identificação desta para com a atividade da bananicultura. Assim, os principais efeitos do processo foram: orgulho, arranjos produtivos e identidade.

Com a aplicação do modelo de Cunha-Lima (2016), que incluiu o mapeamento da rede, a descrição dos arranjos produtivos e a matriz de necessidades e satisfações humanas de Max-Neef (1993), foi possível perceber que o processo de DO estimulou a redinamização da comunidade e do município de Corupá, seja pelo surgimento de novos arranjos produtivos, seja pela transformação daqueles já existentes. A DO vem movimentando diferentes áreas de ação, além da agricultura, como o artesanato, a agroindústria, a gastronomia, o turismo, a cultura, o patrimônio, o meio ambiente, o *design* e a pedagogia. Ressaltem-se ainda os fatores humanos desencadeados, tais como o sentimento de pertencimento e de identidade e a valorização do agricultor enquanto detentor de saberes tradicionais importantes.

Salienta-se que foi inserida outra categoria na matriz, além das necessidades estabelecidas por Max-Neef (1993), a qual ficou visível no decorrer da pesquisa: a igualdade. Neste caso, destaca-se principalmente a igualdade de gênero, identificada pela participação das mulheres na renda familiar e na elevação de sua autoestima, assim como no incentivo ao desenvolvimento de novos saberes associados aos tradicionais, por meio do trabalho de artesãs no grupo das Musas, que lhes deu outra possibilidade, além da atividade diária no bananal.

Ao possibilitar o DELH, o processo de DO também fortaleceu o patrimônio cultural da bananicultura no município, tanto entre a própria comunidade quanto externamente, ao expandir o conhecimento da terra da “banana mais doce do Brasil”. Assim, a DO e o patrimônio beneficiam-se mutuamente, seja no desenvolvimento de uma economia mais solidária e sustentável por meio da fruta e dos arranjos produtivos que ela possibilita, seja pela manutenção, valorização e fortalecimento dos saberes, tradições, costumes e memória, que são a base da DO. Em suma, esse é um processo que se retroalimenta, em que o patrimônio cultural fortalece a DO e evita que ela se torne apenas uma ferramenta com fins lucrativos, mercantilizando a cultura.

Ao agregar valor à banana e proteger o produto, a DO contribui para que a bananicultura e os arranjos produtivos que derivam dela – os subprodutos, o artesanato, a gastronomia ou o turismo – se fortaleçam cada vez mais, revigorando também a tradição do município, que, aliada à inovação, pode proporcionar não apenas renda, mas também maior qualidade de vida. Para que isso ocorra, entretanto, é fundamental que a comunidade participe ativamente do processo, se identifique e sinta orgulho da atividade, o que torna o associativismo e as atividades científicas e culturais efetivadas no município muito importantes também nesse sentido.

Por fim, esta pesquisa e seus resultados não esgotam a viabilidade de novas investigações sobre o tema dos impactos socioculturais do processo de DO em Corupá e sobre o patrimônio cultural do município, ou sobre outros assuntos capazes de contribuir para a comunidade. Há ainda a possibilidade de estudos acerca dos efeitos da DO nos demais municípios que compõem a região, o que por questões de metodologia e tempo hábil não foi realizado neste estudo.

REFERÊNCIAS

ASBANCO – ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DA REGIÃO DE CORUPÁ. **Denominação de origem:** banana da região de Corupá. Depositante: Associação dos Bananicultores da Região de Corupá – ASBANCO. BR412016000003-6. Depósito: 1 set. 2016. Concessão: 28 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 51. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm. Acesso em: 14. dez. 2024.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CORRÊA, Sueli José Pereira; NEJAIM, Vinícius Marques; ABUD, Ana Karla de Souza; BARRETTO, Lília Calheiros de Oliveira; BARBOSA, João Batista; OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Martins de. Implementación y gobernanza de la indicación geográfica en Brasil: una revisión. **Revista Geográfica de América Central**, v. 1, n. 72, jan.-jun. 2024.

CUNHA-LIMA, Felipe Borborema. **Projecto-Querença:** redes e arranjos produtivos turísticos no desenvolvimento local e humano de Querença – Portugal. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2016. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Felipe%20Borborema%20Cunha%20Lima2016.pdf>. Acesso em: 28. jul. 2024.

CUNHA LIMA, Felipe Borborema; SILVA, Yolanda Flores. “Project Querença” and creative tourism: visibility and local development of a village in the rural Algarve. **e-Review of Tourism Research (eRTR)**, v. 14, n. 1-2, 2017.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; BAPTISTA, Silvia Regina Nunes; SILVA, Rafaela Paula da. Bananas para vender e histórias para contar: cultura alimentar local e identidades territoriais a partir de mercados orgânicos e agroecológicos. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 63, n. 3, 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19, p. 57-68, mar. 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LIMA, Felipe Borborema Cunha; AREAS, Patrícia de Oliveira. O processo de Denominação de Origem da Banana de Corupá – SC como experiência turístico-cultural. *In*: LAVADOSKI, Joice; BRAMBILLA, Adriana; VANZELA, Elídio (org.). **Alimentação e turismo: oferta e segmentos turísticos**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

LORENA, Giseli de. **Denominação de origem e seus efeitos no fortalecimento do patrimônio cultural: o caso das bananas de Corupá – SC**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2020.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1993.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio: uma revisão de premissas. *In*: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. Organização de Weber Sutti.

NEU, Márcia Fernandes; AREAS, Patrícia de Oliveira. O patrimônio cultural como ativo territorial no desenvolvimento regional. *In*: DALLABRIDA, Valdir Roque. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no estado de Santa Catarina**. São Paulo: LiberArs, 2015.

NIEDERLE, Paulo André. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das indicações geográficas. *In*: DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs, 2014.

NOGUEIRA, Ricardo Pimentel; SOARES, Rúbia da Rosa; ÁVILA, Reginaldo Barbosa da Maia; ROCHA, Erick Alves da Silva; MELO, Fernanda Correa de; SILVA, Marcelo Santana. Banana da região de Corupá/SC: utilização de tecnologias e entraves à sua adoção. **Revista INGI – Indicação Geográfica e Inovação**, v. 7, n. 3, jul.-set. 2023.

PORRO, Noemi Miyasaka; MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. **Raízes**, Campina Grande, v. 30, n. 2, p. 111-126, jul.-dez. 2010.

REBOLLAR, Paola Beatriz May. **Banana da região de Corupá**: levantamento histórico e cultural. Florianópolis: Sebrae, 2016.

RICHARDS, Greg. Creative tourism: opportunities for smaller places? **Tourism & Management Studies**, v. 15, p. 7-10, 2019.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. New York: Routledge, 2006.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

TARACHUCKY, Edílson Bories; SILVA, Danilo Corrêa; PICOLLI, Heiderose Herpich; MULLER, Eliane. Beneficiamento de fibras da bananeira: conservação, amaciamento e coloração. **DAT Journal**, v. 7, n. 4, 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1974.

VIANNA, Luiz Fernando de Novaes; PANDOLFO, Cristina; KROTH, Léo Teobaldo; VIEIRA, Hamilton Justino; DORTZBACH, Denilson; GOULART JUNIOR, Rogério; GERBER, Rose Mary; KÖENE, Telma Tatiana; VIEIRA, Valci Francisco; MELLO, Marco Antonio de. **Indicações geográficas e outros signos distintivos**: conceitos, aplicações e adequação aos produtos agropecuários em Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2021. 51 p. (Epagri. Documentos, 336).

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.